

Inclusão Digital e Educação On-line em Prol da Cidadania: pontos para reflexão

Marcelo Cabeda

Marcelo Cabeda
UFRGS - Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação
dbw@terra.com.br

Abstract

The aim of this article is to stimulate the reader's interest to evaluate the possibilities of Distance Learning, in its form of On-line collaborative education, as a possible auxiliary method for the production of knowledge, with the aim of developing citizenship. In this study the different concepts of citizenship will be developed, as well as its basic aspects. Evidence will be given that digital inclusion and the on-line collaborative education methodology are valid options for the sharing of information and knowledge to develop citizenship.

Resumo

O objetivo deste artigo é estimular o interesse do leitor em avaliar as possibilidades da Educação a Distância, EAD, em seu formato de didática on-line, EOL colaborativa, como um método possível de auxílio à produção de conhecimentos, com a finalidade de desenvolver a cidadania. No decorrer do estudo conceitua-se as multifacetadas da cidadania, seus principais aspectos e indica-se evidências de que a inclusão digital e a metodologia do EOL colaborativo constituem opções para a informação e o conhecimento.

Resumen

El objetivo de este artículo es estimular el interés del lector para evaluar las posibilidades de la Educación a Distancia, en su forma de educación colaborativa en -línea, como un posible método para la producción de conocimiento dirigido a el desarrollo de ciudadanía. En este estudio los diferentes conceptos de ciudadanía será desarrollados, así como también sus aspectos mas básicos. Se proveerá evidencia de que la inclusión digital y la metodología de educación colaborativa en-línea son opciones validas para compartir información y conocimiento para el desarrollo de ciudadanía.

Inclusão Digital e Educação On-line em Prol da Cidadania: pontos para reflexão

1. Cidadania

A evolução das conquistas de direitos é resultado de muitas lutas no passado e corre-se o risco de perder parte desses direitos na atual conjuntura de globalização. Infelizmente direitos escritos, em leis, não estão mais garantidos, mas podemos reverter esse quadro através de nosso empenho, assumindo responsabilidades e exigindo a consolidação da cidadania. Algumas reflexões são necessárias. No que tange a prática: Pratica-se a cidadania? Eu como cidadão contribuo com alguma ação local ou associação relacionada ao interesse público e a responsabilidade social? O professor e cientista social Antonio Alberto Trindade questiona através do site do Núcleo de Estudos em Educação & EAD (PROCIÊNCIA), como vamos garantir os direitos básicos para todos? Ou ainda, como definir as responsabilidades que temos perante nossos direitos?

Em sua história o primeiro conceito de cidadania surge na antiga Grécia. A etimologia da palavra "cidadão", segundo as enciclopédias, é: "aquele que vive na cidade", mas, com o reconhecimento dos direitos civis e sua consagração em documentos, ainda no período medieval, a palavra passou a ser usada para designar a liberdade do homem, seus direitos e os privilégios que deve ter.

Os problemas ligados à vida dos cidadãos vem sendo discutidos e evoluindo na esfera da participação popular e no exercício de direitos e deveres. O conhecimento acadêmico tem referenciado os primeiros estudos sobre cidadania, partindo das conferências de Thomas. H. Marshall (1949), que subdividiu historicamente o conceito de cidadania composto de três elementos: civil, político e social. O elemento civil liga-se aos tribunais de justiça, correspondendo a direitos de liberdade e trabalho no decorrer do século XVIII, quando a burguesia européia tornou-se uma classe social unida e questionou o poder absoluto da monarquia. Foi nesse século que ocorreram os eventos da Independência dos Estados Unidos e da Revolução Francesa, que tanto marcaram nossa cultura atual. No século XIX desenvolveu-se o elemento político na forma do poder participar de governos. O terceiro elemento apresentado por Marshall, o social, teve seu desenvolvimento a partir do século XX, com a educação e a assistência na forma de direitos.

Não há uma definição única para o significado de cidadania. Ser cidadão hoje é ter direitos e deveres, já definia-se na Carta de Direitos da ONU (1948), que " todos os homens são iguais perante a lei, independente de raça, credo e etnia ".

No capítulo primeiro do livro "Os argonautas da Cidadania" Vieira(2001) traduz um conceito amplamente aceito, atribuído a Thomas Janosky (1998), onde "Cidadania é a pertença passiva e ativa de indivíduos em um Estado-nação com certos direitos e obrigações universais em um específico nível de igualdade." Nessa definição encontra-se três elementos constitutivos importantes, a saber:

- a titularidade de um determinado número de direitos e deveres numa sociedade específica;
- a pertença a uma determinada comunidade política (normalmente o estado), em geral vinculada à ideia de nacionalidade; e
- a possibilidade de contribuir para a vida pública dessa comunidade através da participação.

2. Cidadania e Inclusão Social

Entretanto, a cidadania não pode ser vista apenas como um direito formal, mas também como modo de inclusão de diferentes grupos no contexto de uma sociedade civil. A institucionalização das cidadanias múltiplas e a manutenção de uma saudável diversidade humana, ultrapassa a questão de assegurar justiça e igualdade e pode conter os "genes" da solução de problemas globais, que ora desafiam a capacidade de sobrevivência da espécie humana no planeta Terra. Essa diversidade analisada por Habermas quando trata do Estado-Nação Europeu frente aos desafios da globalização é considerado pelo autor estarmos frente a um impasse, que ele assim resume:

Diante da enorme diversidade das formas culturais de vida, dos grupos étnicos, das visões de mundo e das religiões, o Estado-Nação não pode mais fornecer a base apropriada para a manutenção da cidadania democrática no futuro que se anuncia. (HABERMAS, 1995)

Comparando o passado recente com a atualidade Habermas estabelece que originalmente, uma nação com relativo grau de homogeneidade facilitou a ampliação cultural da nação de cidadãos legalmente definida, mas hoje as sociedades são pluralistas (multiculturais) e se afastam muito do formato de um Estado-nação fundado numa população relativamente homogênea em termos culturais.

Uma questão central se impõe: sob que condições uma cultura política liberal, compartilhada por todos os cidadãos, poderá de algum modo substituir aquele contexto cultural de uma nação relativamente homogênea, na qual a cidadania democrática, no período inicial do Estado-nação, foi assentada?

Uma questão difícil de responder, mas certamente está cada vez mais raro o Estado-nação de cultura homogênea assim suposto nestas reflexões. Certamente não se tem essa situação em países jovens tais com as sociedades latino americanas, muito menos ainda se focalizarmos a nação brasileira e o seu mosaico cultural. Habermas sugere que uma maneira de escapar ao impasse é "salvar a herança republicana" e que torna-se necessário desenvolver capacidades para a ação política num nível acima dos e entre os Estados-nação.

É preciso ter cautela nessa análise posto que, dia após dia, observa-se ao vivo e através da mídia de informação internacional, a ineficácia de soluções transnacionais, que com a melhor das intenções buscam levar a igualdade a todos os povos. Se é certo que os grandes problemas de ordem ambiental, sócio-cultural e econômico já afetam os seres humanos de forma generalizada, não está claro que as soluções propostas por medidas em níveis acima do Estado-nação, por exemplo as ações da Organização das Nações Unidas, (ONU) estejam tendo sucesso na solução dos problemas.

3. Cidadania, Inclusão Social e Digital

Reconduzindo o raciocínio sobre a diversidade humana, presente nos diferentes grupos sociais, pode-se pensar que nela residem "genes" da solução de problemas globais, compostos por um sem número de soluções locais. É nessa linha que Edgar Morin e Felipe Quéau para citar dois dos pensadores atuais estão visualizando uma filosofia de solução. Para ambos os autores, precisamos de uma cultura capaz de ajudar-nos a pensar o global com o local. "Uma cultura glocal" escreve Quéau, que ainda completa "a cibercultura que acompanha a emergência da <sociedade mundial da informação>, possui certos atributos desta cultura <glocal> da qual a <cultura internet> é uma préfiguração". (FELIPPE QUÉAU, 2001).

Entretanto, esses verdadeiros "bancos de solução" que residem na diversidade de cada local estão fracos. Muitos desapareceram rapidamente sob o domínio da globalização, da mesma forma que o desenvolvimento inescrupuloso e pouco afeito a precaução científica, elimina riquezas da biodiversidade terrestre. Esta constatação provoca algumas reflexões:

- Será possível reforçar alguns desses grupos através da internet?
- O que a cibercultura e a sociedade mundial da informação pode ainda em tempo recuperar?
- Como isso pode ser feito?

Prega o Clube de Roma que estamos num século sem limites ao Conhecimento, mas com Limites à Pobreza, por ocasião do trigésimo aniversário do seu primeiro e mundialmente famoso relatório "Os Limites do Crescimento". Na atualidade, esse grupo que segue sendo uma voz que sempre chamou os empresários a uma nova consciência de desenvolvimento, com equilíbrio entre o econômico, o social e o ambiental, vem agora clamar pela democratização do conhecimento, como o principal elemento do direito à Cidadania no século XXI. O Clube de Roma afirma em seus documentos e editoriais, disponíveis no site aqui referenciado, um sistema de pensamento coerente com a idéia de serem as tecnologias da informação e da comunicação, duplamente essenciais para um crescimento mais rápido dos países em desenvolvimento e para o desenvolvimento mais equilibrado entre os três fatores citados que compõe a política da ecoeficiência. Reduzir a "segregação digital" deve assim tornar-se uma prioridade mundial. Sem ação determinada, o crescimento desnivelado da economia do conhecimento em rede fará aumentar a desigualdade, sua visibilidade e suas consequências sociais. O grupo ainda afirma que é provável que a "transição" da sociedade industrial para uma sociedade do conhecimento venha a habilitar mais gente a participar ativamente no trabalho criativo. Uma infra-estrutura de conhecimento pode fornecer oportunidades para a iniciativa empreendedora e a geração de riqueza locais, sem o que os demais serviços nunca poderiam ser solvíveis ou sustentáveis. Políticas de desenvolvimento terão então que acelerar e ampliar a oferta de infra-estruturas de comunicações eletrônicas, com acesso universal e terão que possibilitar seu uso empresarial, social e cultural. O arranjo de infra-estruturas tem de ser parte de uma parceria para o desenvolvimento co-financiado. A ajuda dos países desenvolvidos para o desenvolvimento terá certamente que ser aumentada.

Para Castells (1999), a nova sociedade emergente desse processo de transformação é capitalista e também informacional, embora apresente variação histórica considerável nos diferentes países, conforme sua história, cultura, instituições e relação específica com o capitalismo global e a tecnologia informacional. Conforme este autor a comunicação mediada por computadores, é uma revolução que se desenvolve em ondas concêntricas, começando nos níveis de educação e riqueza mais altos e provavelmente incapaz de atingir grandes segmentos de massa sem instrução, bem como países pobres. A idéia do autor sobre este assunto está, em função de sua referenciada obra, muito provavelmente contextualizada na segunda metade da década de 1990. A isto uma questão se impõe: a situação atual da acessibilidade e inclusão digital, segue correspondendo a síntese de Castells? Está lançado um desafio a todos os que acreditam que a Educação On-line Colaborativa (EOL), pode ser o meio de educação das classes menos favorecidas, desde que tenham acesso a rede e desta forma estejam interconectadas.

Em reportagem recente intitulada "Educação sem barreiras" (Valor Economico, 4/7/2003) informa-se que a ruptura de fronteiras nacionais está trazendo um cenário que se altera radicalmente na direção de uma globalização pedagógica. Estamos em pleno debate sobre a possibilidade de a educação entrar no Acordo Geral sobre Comércio de Serviços (Gats), negociado no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC). Esses itens tornariam possível a atuação de grupos estrangeiros, mas também a aprovação de cursos à distância em todos os países vinculados à organização. Para a UNESCO há risco de mercantilização da educação que na visão da instituição é definida como um serviço público, ou seja: um direito a que todo cidadão tenha acesso. Ainda na mesma reportagem consta que o Brasil tem hoje, em 2003, cerca de 3,3 milhões de alunos nos bancos universitários. Dados informados como originários do Ministério da Educação apresentam que somente nos últimos oito anos, houve uma expansão de 80% no número de matrículas no ensino superior. Para Paulo Renato de Souza, Ministro da Educação do Governo Fernando Henrique Cardoso, também citado nesta reportagem, em 2007, mais de 50% dos alunos de graduação serão da classe C, o que exigirá do mercado de ensino novas propostas e ações. "Teremos de ter qualidade e preço competitivos", afirma Souza. Um outro dado interessante da citada reportagem é que o Brasil é, na opinião de investidores internacionais em Educação, um dos mercados mais promissores para a abertura do segmento educacional porque apenas 6% das pessoas entre 20 e 24 anos com ensino médio estão nas faculdades. No México, a taxa é de 14% e, nos Estados Unidos, de 54%. Há riscos e oportunidades. Riscos para as instituições que não estejam preparadas para a mudança de contexto principalmente em termos de custeio médio da educação. Por outro lado abrem-se possibilidades para métodos alternativos nos processos educacionais. Nesta ótica a educação on-line colaborativa, cresce em importância em paralelo com a expansão sem precedentes do ciberespaço e das possibilidades de conexão à internet.

Segundo Negroponte (1995), estamos na era da pós-informação onde o público que se tem é, com frequência, composto de uma única pessoa. Se pode personalizar o ambiente que se quer desde que se saiba como fazê-lo. A era da pós-informação tem a ver com o conhecimento paulatino. Quanto a questão do "endereço" que é fundamental para as atividades educacionais em métodos presenciais, podemos dizer que no EOL estamos num lugar onde o espaço geográfico perde em importância pois pode-se morar e trabalhar num único lugar ou não. Ter um endereço eletrônico não significa saber onde está fisicamente localizada a pessoa que o utiliza, nem tampouco o horário que essa pessoa acessa o seu e-mail. No modelo EOL essas novas variantes ficam bem adequadas. Quebrando-se o paradigma da sincronidade da educação presencial, que exige estarem todos no mesmo local e no mesmo momento, descortina-se o espaço para a EOL. A educação na cibercultura pode funcionar muito bem no assíncrono e no não

locacional. O momento presente de um encontro frente a frente, de um telefonema, de uma ação no rádio ou tv ao vivo exige a sincronicidade. A comunicação por email, em secretárias eletrônicas ou em fóruns de discussão, essa comunicação é assíncrona. Tal como as cartas que enviamos pelo correio só que muito mais rápidas em termos de possibilidade no tempo de resposta. Negroponte (opus.cit.) ainda salienta:

Um dos maiores atrativos do correio eletrônico, o e-mail, é que ele não nos interrompe como a conversa telefônica. Pode-se cuidar dele nos momentos de lazer, razão pela qual pode até responder a mensagens que não teriam a menor possibilidade de atravessar as barreiras impostas ao telefone pelas secretárias das empresas.

Tudo indica que a vida digital em termos de informação será cada vez mais modelável pelo cliente que poderá decidir de forma personalizada, o momento mais adequado para a sua interação.

Para Levy (1997), a cibercultura se traduz "num conjunto de técnicas (materiais e intelectuais), de práticas, de atitudes, de modos de pensamento e de valores que se desenvolvem juntamente com o crescimento do ciberespaço". O ciberespaço é a chamada "rede", a web ou ainda a internet. A cibercultura, na ótica de Levy, cria uma alternativa local contra o que vem sendo a mídia de massas, uma mídia totalizante na atualidade dos rádios e tvs, tal como foi a escrita a partir de seu surgimento. Com a escrita e a mídia de massas expandiu-se a cultura, universalizou-se a informação difundindo-se para recantos e terras antes inatingíveis. Entretanto, na maior parte das vezes, o que foi feito homogeneizou-se no padrão dos mais influentes, detentores dos canais de comunicação.

Diferentemente, a cibercultura já traz um universal com alternativas "sem totalidade", que pode ser construído a partir da vontade de pessoas comuns desde que conectadas à rede. Levy nos ensina que a cibercultura apresenta uma faceta que nos leva em retorno a situação anterior a da linguagem escrita, no sentido de que em suas palavras, "a interconexão e o dinamismo em tempo real das memórias on-line, tornam novamente possível, para os parceiros da comunicação, compartilhar o mesmo contexto, o mesmo imenso hipertexto vivo".

O ciberespaço dentro deste conceito passa a ser o coração em torno do qual circulam apêndices na forma de correios, rádios, redes de tv e outras mídias. Nele encontram-se as mais diversas intenções e ações, posto que ainda é um exemplo memorável de espaço democrático. A grande diferença que se instaura nesse momento histórico é que o processo de intercomunicação permite formar as comunidades de interesse, rompendo com as barreiras anteriores, na maior parte das vezes representadas pelo distanciamento em suas diversas formas. Levy considera os três princípios do ciberespaço e da cibercultura nascente: interconexão, comunidades virtuais e inteligência coletiva.

A interconexão é a questão técnica básica a ser resolvida em primeiro lugar. Só a partir de satisfatórias soluções de interconexão e de inclusão digital é que se pode pensar no desenvolvimento de comunidades virtuais.

O segundo princípio, o das comunidades virtuais, realiza-se na medida que o desejo e interesses específicos forem estimulados e propiciem condições de participação de pessoas através da rede. Em termos de interrelação devemos lembrar sempre que a internet não liga pessoas às máquinas, mas sim pessoas a pessoas através das máquinas. Note-se que essas novas tecnologias de comunicação virtual não virão substituir aos encontros presenciais entre as pessoas, mas sim somar-se a eles cooperando para uma melhoria geral da comunicação. É no seio das comunidades virtuais que observa-se o fenômeno crescente da inteligência coletiva. Para Azevedo (2002) "comunidades virtuais precisam de animadores, não de normas. O segredo não está nem em normas, nem em tecnologia, está em pessoas, educadores capacitados para atuarem como animadores da inteligência coletiva em comunidades virtuais".

A educação on-line colaborativa é na ótica de Harasim(2003) uma das três possibilidades reconhecidas como tipos diferentes de EOL. As outras duas são: o ensino a distância através de computadores, onde conteúdos são estruturados para que cada aluno possa avançar totalmente sozinho estudando o material, (cartilhas eletrônicas e outras formas) e também o ensino em simulações onde os alunos-participantes pilotam simulações com os computadores.

Voltando no tempo, desde o final dos anos 80, Nipper (1989) já focalizava sua atenção na comunicação e no aprendizado como um processo social. Para ele, estes são os elementos chaves no desenvolvimento conceitual de educação a distância de terceira geração, a que hoje denomina-se educação on-line colaborativa, EOL. Desde aquele momento, em sua visão, não seria possível promover a noção de aprendizagem como um processo social, sem acesso a mídias de comunicação interativas.

Na medida que as possibilidades de interação crescem com a internet, neste contexto o conhecimento para o processo de aprendizagem migra do professor, como fonte do saber, para o grupo de participantes onde o professor se insere como orientador e desta interação surge uma inteligência coletiva. Pierre Levy também coloca-se nesse mesmo sentido na medida que identifica na seqüência da possibilidade de

interconexão, através de comunidades virtuais, a construção de inteligências coletivas. Para Levy, a inteligência coletiva é na perspectiva espiritual, a finalidade última da cibercultura de forma mais imaginativa, mais rápida aumentando a capacidade de aprender e inventar do que um coletivo inteligentemente gerenciado. Para Quéau (2001) é dessa ação de grupos de pessoas interconectadas que podem surgir, teoricamente, respostas específicas a problemas locais, que em muitos casos permanecem sem solução adequada.

Entretanto, é preciso cuidar para não repetir o passado, quando na década de 1930 essa inteligência coletiva foi comparada a um grande animal que fascinou governos totalitários. Como alternativa é interessante seguir Quéau que defende a proposta de Teilhard de Chardin. Para o padre antropólogo e paleontologista francês é preferível pensar em termos de uma noosfera (esfera dos espíritos), "uma grande conjugação de inteligências pessoais livres, comunicando e comungando na busca da ascensão da consciência".

A cibercultura, para muitos daqueles que estão interconectados, incluídos na grande rede mundial, evolui num turbilhão de questionamentos e miríades de comunidades virtuais compostas por indivíduos que se unem temporariamente, motivados pelas mais diversas causas e que estão produzindo saberes coletivos logo seguindo suas vidas, explorando indefinidamente as possibilidades de aprendizagem no ciberespaço.

Castells (2001) está convicto que entramos em um mundo realmente multicultural e interdependente, que só poderá ser entendido e transformado a partir de uma perspectiva múltipla que reúna identidade cultural, sistemas de redes globais e políticas multidimensionais. O autor caracteriza a atual revolução tecnológica, não como conhecimento centralizado, mas a aplicação desses conhecimentos para a geração de novos conhecimentos num ciclo de realimentação cumulativa entre a inovação e o seu uso.

Quéau, (2001) lembra que o fato de estar na rede, remodela a consciência das pessoas e que a cibercultura "só merecerá realmente este nome quando terá sabido encarnar as aspirações profundas dos cidadãos planetários em que nos estamos transformando".

É no desenvolvimento das diversas culturas que a inteligência local usando como uma das formas de comunicação, a EOL, pode reforçar a capacidade local e trazer consequências positivas no sentido da solução de muitos problemas locais que contribuirão para a melhoria global.

O paradigma da tecnologia da informação é baseado na flexibilidade, então que esta flexibilidade seja efetivamente útil para o desenvolvimento de processos EOL adequados às necessidades do desenvolvimento local do conhecimento. Mas é preciso estar conectado.

Em relação a conexão, Silveira (2001) sintetiza que existe um custo para estar conectado à sociedade da informação: ter um computador, linha telefônica e provedor e que este custo é impossível para a maioria da população e configura-se o indivíduo "desconectado", que não consegue se comunicar na velocidade dos incluídos e que perde o acesso a informações relevantes e o exercício de novas possibilidades. Para o autor, a exclusão digital gera: analfabetismo digital + pobreza e lentidão comunicativa + impedimento do desenvolvimento da inteligência coletiva. Uma "revolução informacional". Enquanto a primeira e a segunda revoluções tecnológicas ampliaram a capacidade física e a precisão das atividades humanas, esta revolução amplifica a mente, por isso essa revolução não apenas pode consolidar desigualdades sociais como também elevá-las, pois aprofunda o distanciamento cognitivo entre aqueles que já convivem com ela e os que dela estão apartados. (SILVEIRA, 2001)

Com a gravidade da situação, com a acelerada e programada obsolescência dos equipamentos eletrônicos, torna-se de um ponto de vista econômico, muito dispendioso para o cidadão de baixa renda manter-se equipado com as máquinas mais performantes. Então numa visualização do espaço público e privado onde interagem o governamental e o mercado é cada vez mais uma função do governo e do mercado proverem condições de acesso à internet. A inclusão digital e alfabetização tecnológica como política pública é um novo desafio para o Estado. É nessa ótica que algumas ações práticas de cidadania em nível médio já estão sendo executadas na forma de telecentros, infocentros ou ainda de cibercafés.

Nesse quadro tem que ser dado um grande destaque para a ONG - Comitê para a Democratização da Informação, (CDI). As propostas do CDI buscam realizar a educação cidadã através do acesso à internet. Por outro, é uma prefeitura em Capão da Canoa, RS que disponibiliza acesso gratuito a internet sob agendamento de interessados, são órgãos públicos envolvidos com a expansão do acesso aos cidadãos, tentativas empresariais ou ações mistas, típicas do terceiro setor onde o sistema produtivo interage com o Governo, buscando viabilizar soluções a problemas sociais.

Em Porto Alegre Melo(2003) nos traz a informação de que mais de 15 mil pessoas já utilizam, a cada mês, os micros dos 14 telecentros instalados em bairros pobres da Capital, sem custo algum para estes usuários. Há um enorme impacto na vida dessas pessoas que muitas vezes nunca tiveram acesso a telefone e outras formas mais sofisticadas de comunicação social. Ergue-se a autoestima em novos aspectos de "poder saber", que são especialmente peculiares àqueles que despertam e se emocionam com o potencial da internet.

Esta reportagem nos traz conforme Melo(2003):

O projeto nasceu dois anos atrás, 2001, com a finalidade de garantir o acesso da população pobre ao universo da informática. Cada um dos centros é uma parceria entre a prefeitura, a comunidade e a iniciativa privada, que dividem responsabilidades. O poder público, por intermédio da Companhia de Processamento de Dados do Município, Procempa(2003), fornece equipamentos, garante conexão à Internet e faz a assistência técnica. Cabe a uma entidade do bairro coordenar a administração do centro e garantir sua sustentabilidade.

Há soluções possíveis para acessos à internet em caráter privado, constituídas em cibercafés, quiosques e bibliotecas eletrônicas. Mas a bem pouco tempo atrás, esse acesso para classes sociais menos favorecidas de nossa sociedade era colocado em dúvida em termos de possibilidade por Castells, o que só comprova a velocidade das mudanças atuais onde essas estruturas de baixo ou nenhum custo para os usuários mais humildes, poderão constituir-se nos portais de entrada à uma educação plena e transformadora através dos métodos EOL. Mas o que fazer uma vez que se acesse o ciberespaço?

Poucas coisas podem ser mais caóticas do que a total liberdade que a navegação virtual nos propicia. Sem um objetivo claro em mente, corre-se o risco de uma abstração total ao ingressar no ambiente virtual da grande rede. A autonomia não é uma característica inata normal entre os seres humanos. Cursos através da internet onde o estudante estuda um determinado conteúdo individualmente não vêm surtindo o efeito desejado. Entretanto, com a garantia de acesso ao ambiente virtual pode se estruturar cursos on-line para a formação da cidadania. Porém temos questões que são importantes de serem investigadas, tais como: quais tipos de informação a educação on-line poderá disponibilizar para os cidadãos?

Ferguson (1981) em sua obra "A Conspiração Aquariana" nos lembrava que "tendo Educação aprenderemos a aprender". Segundo ela o novo paradigma da educação, e que segue no Século XXI por realizar-se, consiste em colocar perguntas; a estar atento as coisas pertinentes, a encontrar a informação, a estar aberto aos novos conceitos e ser capaz de avaliá-los. Aprender como um processo, uma viagem. Igualitário. Autorizado a franqueza e as divergências de opinião. Este posicionamento de Ferguson é semelhante a Litto(1997). Em Agosto de 1997 foi por mim presenciada palestra com Frederick Litto, onde registrei de próprio punho suas palavras:

- A complexidade é a norma atual. As escolas não devem mais ensinar por informações factuais e não vale mais a pena memorizar. O estudante deve aprender:

1. como pensar;
2. como achar as informações necessárias;
3. como fazer as perguntas certas;
4. como decidir inteligentemente;
5. como relatar para terceiros o que descobriu com clareza, persuasão e bom uso de evidências. (LITTO por CABEDA)

Realizar a estrutura, o diálogo e a autonomia definidos por Moore(1993) como Distância Transacional, para que os professores e estudantes conectados através da internet tenham as bases tecnológicas e pedagógicas para as ações iniciais deste trabalho. O meio digital que há poucos anos parecia um ambiente exclusivo para as pessoas de alto poder econômico, configura-se hoje e no futuro próximo, numa possibilidade real de educação e cidadania.

A Cidadania do Saber para o século XXI que aqui almejamos, não pode ser confundida com assistencialismo. Sua construção deve estar relacionada à superação das desigualdades sociais e à extensão da garantia dos direitos a todos. O direito a Educação que a EOL nos permite nas condições que se configuram é uma alento para aqueles que buscam reequilibrar a situação desfavorável que a cidadania se encontra, em termos comparativos do social e o ambiental em contraponto à esfera econômica.

Referências Bibliográficas e Eletrônicas

Associação Brasileira da Educação a Distância, ABED no site www.abed.org.br em 02/04/2002

AZEVEDO, Wilson em entrevista a Universidade Virtual Brasileira, disponível no site da Universidade Virtual Brasileira, <http://www.uvb.br/br/atualidades/entrevistas/wilson.htm> em 01/06/2002

MOORE, M. (1993).. Theory of Transactional Distance (Teoria da Distância Transacional). Em (....., ed.) Theoretical Principles of Distance Education. London: Routledge, p. 22-38. Traduzido por Wilson Azevêdo, com autorização do autor, em 10/08/2003 Revisão de tradução: José Manuel da Silva.

disponível on-line na Revista Brasileira de Aprendizagem Aberta e a Distância, 1(1), no site da Associação Brasileira de Educação a Distância (ABED): www.abed.org.br

CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede (A era da informação: economia, sociedade e cultura; v.I), 5a ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001

CASTRO, André; SANTOS, Keli; RIBEIRO, José Luiz. Modelo para a formatação dos artigos a serem utilizados no Enegep 2003. Porto Alegre, 2003

Comitê para a Democratização da Informática, CDI: democratizando a informática, promovendo à cidadania, no site www.cdi.org.br, em 19/06/2003

Clube de Roma. Sem Limites ao Conhecimento, mas com Limites à Pobreza: rumo a uma Sociedade do Conhecimento Sustentável. Contribuição do Clube de Roma à Cúpula Global sobre Desenvolvimento Sustentável, por ocasião do 30º Aniversário do Primeiro Relatório ao Clube de Roma: Os Limites ao Crescimento disponível em arquivo pdf através do site <http://www.clubofrome.org> em 18 Junho 2003

Educação sem Barreiras, reportagem editada em Valor Econômico através do site <http://www.webjornal.net/noticias/455991049462123.html> em 04/07/2003

FERGUSON, Marilyn. Les enfants du verseau: pour un nouveau paradigme. traduit et adapté de l'américain para Guy Beney, Paris: Ed. Calmann-Lévy, 1981

HABERMAS, Jürgen. (1995) - O Estado-Nação Europeu frente aos Desafios da Globalização, em Novos Estudos CEBRAP. Nº 43. p. 87-101

LEVY, Pierre. Cibercultura. São Paulo: Editora 34, 1999

LEVY, Pierre. Collective Intelligence. The Canada Research Chair on Collective Intelligence at the University of Ottawa. (Pierre Levy) no site <http://www.collectiveintelligence.info/> em 19/06/2003

LITTO, Frederick. Palestra na Escola do Futuro. São Paulo, 1997

MARSHALL, Thomas H. Cidadania, Classe Social e Status. Rio de Janeiro: Zahar, 1967

MELO, Itamar. Reportagem editada no Jornal Zero Hora em 29/06/2003 - Telecentros. Solidariedade - Internet muda a vida na periferia - Telecentros instalados em bairros pobres de Porto Alegre oferecem oportunidade de acesso gratuito às facilidades disponíveis na rede mundial de computadores. Reportagem de Itamar Melo, editado no Jornal Zero Hora, itamar.melo@zerohora.com.br, Porto Alegre, em 29/06/2003

NEGROPONTE, Nicholas. A vida digital. São Paulo: Companhia das Letras, 1995

NIPPER, Søren. Third Generation Distance Learning and Computer Conferencing, Aarhus Technical College and DEUS Consortium, Aarhus, Denmark 1989 disponível através do site <http://icdl.open.ac.uk/literaturestore/mindweave/chap5.html> em 09/07/2003

PETERS, Otto. Didática do ensino a distância: experiências e estágios da discussão numa visão internacional. São Leopoldo: Unisinos, 2001

PROCEMPA. Telecentros. <http://www.portoalegre.rs.gov.br/telecentros/>. Nos locais pode-se contatar com Lindomar Oliveira, oliveirars3@hotmail.com; Everton Padilha, evertonpadilha@hotmail.com; Débora Oliveira, deboraoeoliveira@ig.com.br e ainda Ezequiel Nascimento ezeln@terra.com.br, Porto Alegre, 2003

PROCIÊNCIA - Núcleo de Estudos em Educação & EAD no site www.prociencia.com.br em 24/07/2003

QUÉAU, Felipe. Cibercultura e info-ética. In: MORIN, Edgar. A religação dos saberes: o desafio do século XXI. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2001 p. 460-480

SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. Exclusão digital: a miséria na era da informação. Fundação Perseu Abramo, São Paulo, 2001

VIEIRA, Liszt. Os Argonautas da Cidadania: a sociedade civil e a globalização. Rio De Janeiro: Record, 2001

Marcelo Cabeda é oceanólogo, pós graduado em gestão do meio ambiente pela EPFL - Suíça.
UFRGS - Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação
dbw@terra.com.br